

A violência política sobre o Partido Comunista Português em clandestinidade no contexto da Guerra Civil Espanhola

Márcio José Monteiro Matos

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)

marcio_jose27@live.com.pt

Resumo:

Neste breve artigo de estudo pretender-se-á demonstrar de que forma a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) levou a uma escalada da violência em Portugal por parte do regime, sobre um dos seus principais alvos, o PCP (Partido Comunista Português). Num período em que o fascismo já tinha trilhado o seu caminho de ascensão ao poder com um primeiro período de Ditadura Militar (1926-1933) e depois legitimado com a Constituição de 1933 no que viria a dar no Estado Novo (1933-1974). O PCP vinha de um período de adaptação à clandestinidade, após a forte repressão sofrida no contexto do 'Revirralho' que penosamente se associou e se desfaleceu. O período em que nos debruçamos leva-nos para uma época em que a URSS via Internacional Comunista aponta a expansão do comunismo na Europa Ocidental pela via legalista, ou seja, a conquista do poder pelo voto através de amplas coligações de esquerda.

Palavras-chave: Partido Comunista Português; Guerra Civil Espanhola; Internacional Comunista

Abstract:

In this brief article we will to show how the Spanish Civil War (1936-1939) led to an escalation of violence in Portugal by the regime on one of its main targets, the PCP (Portuguese Communist Party). At a time when fascism had already trod their way rise to power with a first period of military dictatorship (1926-1933) and then legitimized by the 1933 Constitution as would give the New State (1933-1974). The PCP was a period of adaptation underground, following the sharp repression suffered in the context of 'Revirralho' that pain fully joined and embezzled. The period in which we look back takes us to a time when the USSR via the Communist International points the spread of communism in Western Europe via legalistic, that is the conquest of power by voting through broad left coalition.

Key-words: Portugues Communist Party; Spanish Civil War; International Communism

Os anos da década de 20 e 30 do século XX foram marcados profundamente por um somatório de substanciais alterações sociais e económicas que resultaram no extremar de posições políticas à esquerda e à direita do *status quo* parlamentarista europeu. Fruto da incapacidade prática das democracias europeias em responderem aos problemas dos respetivos países levaria a que surgissem novas correntes políticas de governação alicerçadas no nacionalismo e no autoritarismo. Nas vésperas do início da Guerra Civil de Espanha, em 1936, a correlação de forças, entre países, saída da Primeira Guerra Mundial começou a ser rapidamente minada por vários fatores como: a associação entre a Alemanha nazi e a Itália fascista em torno de um eixo de cooperação expansionista tolerado por França e Grã-Bretanha; um sentimento anti-comunista que unia democracias e ditaduras de direita na Europa; o fracasso da Sociedade das Nações perante os interesses próprios das potências; e o confronto ideológico do nazismo e fascismo contra o comunismo transposto para o plano político europeu num primeiro momento e, posteriormente, para um plano internacional (Oliveira, 1987). A Espanha será o primeiro país onde todas estas conjunturas resultaram em guerra.

A Guerra Civil de Espanha é porventura um dos temas que mais seduz o estudo dahistoriografia e que muita bibliografia tem sido produzida a este respeito. Este conflito é *sui generis* pelas forças que nele estiveram presentes. Apesar de ser o embate entre o conservadorismo e o revolucionarismo dentro de portas, será a intervenção de forças externas numa guerra civil que maior originalidade traz ao que vinha sendo habitual. Potências externas intervêm, sem qualquer objetivo de ocupação territorial que se conheça, com o objetivo de fazer prevalecer a ideologia que defendem e pretendem expandir. Alemanha e Itália intervêm pelo lado fascista enquanto, em menor comprometimento, a URSS via Internacional Comunista auxilia

os republicanos espanhóis. Apesar de nenhuma região ser homogeneamente conservadora ou republicana, será em traços gerais um país que se divide geograficamente em partes semelhantes no apoio a ambas as partes (Graham, 2006). O norte de Espanha, à exceção da região nacionalista de Bilbau que defendeu a autonomia que o republicanismo lhe conferia, mais facilmente foi conquistado pelas tropas de Franco. O sul de Espanha onde as populações viviam genericamente pior do que a norte trabalhando sazonalmente para os grandes proprietários a resistência ao golpe militar foi claramente maior. Tal como em Portugal, no território espanhol assiste-se nesta época a uma maior aceitação dos ideais de esquerda, em particular do comunismo, junto do grandes concentrações camponesas do Sul e fraca aceitação a Norte.

Contrariamente à ideia inicial da sublevação em conquistar rapidamente o poder, seria forte a resistência encontrada principalmente das populações que não tendo treino militar sacrificaram suas vidas em prol da República. O conflito para além das emigrações regionais e nacionais provocadas pela guerra, levou a que muitos estrangeiros se juntassem voluntariamente ao esforço de guerra de ambos os lados da barricada, captando quem estivesse não só disposto a auxiliar na retaguarda (médicos e enfermeiro) como também a pegar em armas na frente de combate. Tratou-se de um conflito que apesar de estar claramente delimitado geograficamente ao território espanhol, provocou dinâmicas políticas que extravasaram claramente as suas fronteiras.

Em Portugal, Salazar encontrava-se em pleno processo de ‘fascização’ do Estado Novo (1933-1974). Após a vitória política sobre o ‘reviralhismo’ e o movimento operário, o fascismo português baseado nos métodos do seu congénere italiano dá início à corporização do Estado e à repressão contínua dos movimentos políticos de oposição. Ora nunca em toda a longa história do Estado Novo a repressão da polícia política fez-se em quantidade e brutalidade como no contexto da Guerra Civil de Espanha. Será então na sequência do conflito que o PCP (Partido Comunista Português), única organização política a operar continuamente nas condições de clandestinidade, será altamente reprimido até ao seu quase desaparecimento.

No início de 1935, dar-se-ia início a estratégia política no PCP, usualmente conhecida por Frente Popular, fruto da resolução do VII Congresso da Internacional Comunista, para o movimento comunista internacional. A política de Frente Popular consistia na viragem de uma política mais sectária ou de frente única, se quisermos assim designar, do PCP para uma política de promoção de alianças com socialistas, sociais-democratas e burgueses liberais (Varela, 2008). Dentro desta nova estratégia, os comunistas principalmente os organizados na FJCP (Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas), iniciaram o que ficara conhecido como ‘comício-relâmpago’ esta nova estratégia ficaria conhecida tanto pela sua ousadia como pela tragédia que trouxe a alguns assassinatos, consistia em:

Algumas dezenas de jovens, vinte ou trinta, juntavam-se num local – frequentemente uma escola técnica ou industrial ou simplesmente numa rua -, gritavam uns “vivas” e ‘morras’. Um militante subia a um sítio alto, dizia umas palavras e quase sempre desfraldava-se uma bandeira vermelha. Tudo isto era feito em passo de corrida, para não dar tempo à polícia de reagir. (Varela, 2008: 123)

Este tipo de ação, de certa forma espontânea, revelou-se desastrosa na medida em que esta era privilegiada perante a organização, e em que o Estado Novo se ia cimentando no poder e o revolucionarismo operário havia sido derrotado no 18 de janeiro de 1934. Não obstante a reorganização do partido e o seu crescimento no início dos anos 30, comparativamente aos anos anteriores a 1929, a estrutura partidária vai ressentir-se dos duros golpes infligidos pela polícia política no topo da organização, ao nível da capacidade de resposta aos problemas de coordenação política que surgiam num período de emergência do fascismo em Portugal.

O PCP terá algumas falhas conspirativas que, apesar de serem naturais do processo de aprendizagem dos métodos de sobrevivência política na clandestinidade, se tornavam inoportunos para um partido que se quer estabelecer nas duras condições de perseguição política a que estava submetido e que importa atentar sucintamente algumas delas.

A primeira era a grande quantidade de militantes e funcionários do PCP que ao serem detidos prestavam informações na polícia política relativamente à organização

do partido e seus constituintes. A segunda era o armazenamento de grandes quantidades de documentação partidária em casas de militantes sobre os quais havia conhecimento de vários militantes. A terceira era o preenchimento de uma ficha com os dados pessoais para todos os militantes do PCP permitindo a fácil detenção dos elementos que nelas constavam caso fossem intercetadas pela polícia. A quarta seria a existência de locais habituais de convívio entre militantes comunistas em locais de conhecimento geral como, por exemplo, as tabernas. Segue-se um exemplo do conhecimento obtido por legionários:

Locais aonde se costumam reunir os comunistas
 Rua de Campolide, 82 – Taberna – O próprio dono é comunista e depois do estabelecimento fechado faz reuniões lá dentro.
 Paragem dos carros em Campolide
 Taberna do Cachamôro
 À porta da casa Funeraria – Rua de Campolide
 Paragem dos carros – Rau Marquês da Franteira
 Taberna dos Passarinhos – Rua Silva Carvalho
 Taberna das Basalisas
 Taberna do Cara d'Aço". (Tombo, 1937: 3)

A quinta falha estava relacionada com o conhecimento pessoal existente entre funcionários e militantes antes da clandestinidade descorando-se naturalmente o uso de pseudónimos. A sexta seria a ausência de um aparelho tipográfico paralelo ao trabalho de agitação político realizando os mesmos funcionários várias tarefas, a sétima seria o elevado número de tarefas atribuídas ao controleiro nos seus encontros de célula e ao facto de estes se realizarem habitualmente nas mesmas zonas e com o número de cinco ou seis elementos regularmente o que levantava passado algum tempo óbvias suspeitas. Segue-se um dos exemplos das diversas falhas apontadas anteriormente para este período e que permitia ao regime obter informações bastante detalhadas sobre o PCP, com o conhecimento de grande quantidade de informação obtida de através de um militante.

Juntamente com dois legionários passei a ter ligação com o comunista AMERICO, morador no Pateo Borba-Campolide, controleiro e vendedor do Jornal AVANTE e frequentar os locais onde se costumam reunir diferentes comunistas.
 Uma vez em ligação com o comunista AMERICO, que também dá pelo nome de Jorge – pseudónimo – pôde constatar que segue:

- a. Que este indivíduo é bastante conhecedor do maquinismo comunista.
- b. Que deve conhecer todos ou quase todos os dirigentes do comunismo em Lisboa.
- c. Que conhece o agente de ligação internacional.
- d. Que deve saber onde é impresso o jornal o AVANTE pelo menos conhece o indivíduo que lh'os entrega
- e. Que é um dos organizadores das células comunistas e seu controleiro.
- f. Que depois de algumas reuniões com o controleiro comunista Americo, este, ingressou-nos na célula nº15 tendo-me nomeado secretario da mesma. (Tombo, 1937: 1)

Mais adiante, neste mesmo relatório, percebe-se como era bastante incoerente a tentativa de disfarce tanto dos militantes como das atividades clandestinas que realizavam:

Na Rua de S. Bento, tipografia Henrique Torres, trabalha-se fora de horas e não é pessoal de dia que trabalha de noite. Desconfiamos que ali se faça jornais clandestinos, pelas informações que seguem: de noite vai para a quela tipografia trabalhar, um indivíduo que mora n Fonte Santa; que de dia anda sem óculos e de noite traz óculos escuros – (facto interessante). [...] De noite, só trabalha uma máquina manual, só se ouvindo a cremalheira da roda, isto prova que procuram evitar que sejam persentidos a trabalhar, poi, se assim não fosse, o barulho do prato havia de se ouvir. (Tombo, 1937: 3-4)

Estas falhas ajudam não só a compreender como seria fácil o infiltramento dentro do partido, as falhas graves nos cuidados conspirativos e organização partidária altamente centrada em alguns indivíduos, o que facilita a explanação dos sucessivos golpes na organização partidária infligidos pela polícia política do regime que impossibilitava o estabelecimento efetivo e permanente do PCP junto

das massas, como também, explica em parte as motivações que estariam na origem da reorganização interna do partido que se seguiria em 1941. Não obstante, as falhas conspirativas graves dentro da organização clandestina do PCP, é possível verificar que começam a surgir na imprensa do partido as regras a cumprir em encontros, mas a verdade é que praticamente ninguém as cumpria como se verificou pela quantidade de prisões por falhas conspirativas graves em toda a hierarquia do partido (*Avante!*, Novembro de 1935).

Apesar do crescimento organizativo do PCP na primeira metade da década de 30, em Novembro de 1935 o jornal *Avante!* noticiava o seguinte, «José de Sousa, Bento Gonçalves e Júlio Fogaça nas mãos da Polícia. É preciso salva-los da morte!» (*Avante!*, Novembro de 1935: 8). Num imprudente encontro de rua estes importantes dirigentes deixariam o partido decapitado e à deriva sob a direção de quadros não preparados para as tarefas que se propunham de criação de Frentes Populares no âmbito do movimento comunista internacional. A partir deste acontecimento Bento Gonçalves será constantemente lembrado pelo *Avante!*, como estando preso, e mais tarde como vítima de Salazar. O partido durante este período subsistia essencialmente do que era enviado pela IC, com as doações e vendas de imprensa a representarem muito pouco nas receitas. Porém, o dinheiro enviado raramente chegava na sua totalidade (Pereira, 1999).

Em 1936, na sequência da criação das Frentes Populares indicadas pela IC, o PCP enceta contactos, que advinham desde 1935, sobretudo junto da CGT e dos partidos republicanos, no sentido de esta se integrar numa coligação conjunta contra o regime salazarista (*Avante!*, Setembro de 1935: 1). A CGT, embora estivesse organizacionalmente desfalcada na sequência do 18 de Janeiro de 1934, constituía uma importante ideologia anarcossindicalista opositora do regime. A recusa será a decisão tomada pela CGT, fruto das feridas insanáveis da coligação feita na Greve Geral de 1934, como da ideia de centralismo transposta do PCP para a Frente Popular Portuguesa. O PCP avançará com três organizações por si controladas: a LPCGF (Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo), o SVI e a CIS (Pereira, 1999: 403). O PCP conseguirá ainda captar um pequeno aglomerado de pequenos partidos republicanos extintos denominados por Aliança Republicana, a Maçonaria e a sua espécie de Carbonária – braço armado da Maçonaria- denominada de Ação Anti-Clerical e Anti-Fascista estarão representados, bem como alguns antifascistas que se faziam representar por partidos ou organizações destruídas pela ditadura sem qualquer poder prático válido (Pimentel, 2007). À Frente Popular Portuguesa viriam a aderir figuras históricas do republicanismo português exiladas em França como Afonso Costa e Bernardino Machado do Comité de Paris, e do exílio espanhol, conhecidos como ‘Budás’.

A República Espanhola fundada em 1931 entusiasmará os antifascistas portugueses. As reformas políticas e as discussões geradas trazem grande entusiasmo junto dos desfalcados opositores políticos portugueses, sendo espontaneamente verificadas manifestações, confrontos de rua e ações violentas (Madeira, 2008: 7). Assiste-se entretanto a uma transferência das organizações antifascistas estrangeiras usualmente situadas em Paris para a vizinha Espanha.

Percebe-se então de que forma fora entusiasticamente celebrada pelos oposicionistas portugueses a vitória da Frente Popular Espanhola (republicanos de esquerda, socialistas, comunistas, anarcossindicalistas e nacionalistas catalães e galegos) em Fevereiro de 1936. Isto numa época em que a estratégia indicada pela IC leva ao Governo uma das suas Frentes Populares num período de consolidação da ideologia Fascista na Europa. O entusiasmo dos antifascistas e em particular dos comunistas vem bem expressa no *Avante!*, como se comprova no seguinte excerto:

A vitória da F.P., que varreu do poder os fascistas e todos os elementos que demonstraram enquanto no poder, o seu ódio ao proletariado e ao campesinato pobre e a sua incapacidade para governar o país, veio arrancar das prisões 30000 trabalhadores, veio impor a liberdade de reunião e associação, veio impor a readmissão dos operários despedidos como primeira medida para a solução do desemprego, permitiu a saída da imprensa operária, etc, etc.”(*Avante!*, Julho de 1936: 5)

Iniciam-se então os preparativos para a conspiração de uma sublevação militar com o objetivo de derrubar o Governo de Espanha. Originário de Marrocos

e comandado por fascistas espanhóis, Salazar prontifica-se a auxiliar o líder do movimento militar. No entanto, à véspera do início da sublevação, a avioneta que transportaria até Marrocos despenha-se morrendo o líder dos conspiradores. Na liderança militar golpista substitui-se-lhe o General Franco.

A eclosão da Guerra Civil Espanhola, em Julho de 1936, colocará na ordem do dia questões de política internacional com as quais até à data o regime ainda não se tinha preocupado muito, tal era a emergência na resolução de assuntos prioritariamente internos (Rosas, 1998: 295). Desde o início do golpe os revoltosos puderam contar com o apoio de Salazar e dos grandes interesses económicos e bancários que prestaram os mais diversos auxílios a Franco, desde empréstimos e doações monetárias, aquisição de material de guerra, até à alimentação. Diplomáticamente o Governo português prestou também um importante auxílio à Junta de Burgos. Pouco tempo após o início do conflito, já o *Avante!* dava conta de que «...saíram de Santa Apolónia 5 comboios com aviões, tanques, bombas e gases lacrimogéneos.», mais adiante relatava-se ainda que «Os jornais noticiam o abastecimento de Sevilha por Portugal. Centenas de toneladas de batatas e outros géneros têm para ali seguido» (*Avante!*, Agosto de 1936: 6).

Em suma, foi um forte apoio informal dado pelo regime salazarista, e seus grupos económicos mais próximos, à causa dos fascistas espanhóis, pese embora o fato deste apoio ser formalmente proibido em virtude do pacto de não intervenção no conflito subscrito pelo regime português. Nem só de ajuda política e económica houve convívência do Estado Novo, através da Legião Portuguesa, houve o recrutamento militar de portugueses que quisessem participar no conflito ao lado das forças franquistas. A ocasião captou tanto «gente de poucos recursos, disposta a ganhar alguma coisa combatendo, como aventureiros de toda a sorte, muitos dos quais em busca de benesses, em caso de vitória» (Madeira, 2008: 13), grupo este de voluntários portugueses, que não constituíam por si só um corpo de exército, mas que ficaria famigeradamente conhecido como os ‘Viriatos’.

O início da guerra no país vizinho teve ainda a consequência de provocar uma forte reação anticomunista do Estado Novo, com a fascização clara do Estado junto da sociedade. Os comícios de índole claramente anticomunista acontecerão um pouco por todo o país (*Avante!*, Novembro de 1936). Será na sequência do início das hostilidades que serão criadas organizações apontadas para o enquadramento das massas na ideologia anticomunista. Em 1936, serão criadas a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, e a Obra das Mães pela Educação Nacional, no ano seguinte, seria a vez da Mocidade Portuguesa Feminina ser fundada. A Legião seria uma milícia paramilitar, à semelhança do que havia sido feito por Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, sob a tutela do regime salazarista, cujo objetivo inicial consistia na aglutinação das forças de direita mais radical dentro do regime, apontando-as para o combate às ‘doutrinas subversivas’, com especial enfoque para o comunismo (Pimentel, 2008).

Se por um lado era forte o apoio de Salazar para que Franco ascenda ao poder, foi possível verificar-se o mesmo por parte dos comunistas, anarquistas e republicanos portugueses aos republicanos espanhóis. O apoio aos republicanos espanhóis dá-se também pelas povoações fronteiriças portuguesas do Alentejo. A sua proximidade geográfica e afinidade cultural com as regiões espanholas da Andaluzia e da Estremadura, levaram a que muitos refugiados espanhóis acossados pelas forças franquistas procurassem do lado português o refúgio que muitos deles encontraram em casas de portugueses. Estas regiões de forte apoio aos republicanos seriam bastante difíceis de conquistar pelas tropas franquistas (Simões, 2007).

O primeiro sinal de apoio político português parte dum grupo de marinheiros organizados na ORA (Organização Revolucionária da Armada) criada pelo PCP na década anterior. Após escala em porto republicano espanhol, vários marinheiros prestaram publicamente o seu apoio à causa republicana o que lhes valeu a expulsão das suas funções na Armada Portuguesa. Em consequência disso, os marinheiros da ORA decidem colocar em prática, á margem do PCP a que pertenciam, um plano que tinha tanto de ousado como de praticamente impossível. O plano consistiria na ameaça de bombardeamento da cidade de Lisboa, caso os marinheiros expulsos não fossem readmitidos e o Governo não se demitisse de funções. Fruto de sabotagem de um dos dois navios, estes ficam sob o impiedoso

fogo da artilharia situada em Almada e do Alto do Duque. O resultado fora a morte de dez marinheiros e oitenta prisioneiros, muitos deles inaugurariam o Campo de Concentração do Tarrafal.

Desmarcando-se das tendências ‘putshistas’ reveladas pelos republicanos e alguns comunistas, o PCP pretendia prestar o seu apoio aos republicanos espanhóis através da Frente Popular Portuguesa. Na sequência do auxílio aos republicanos espanhóis seguir-se-iam dois momentos reveladores da ajuda que estes tinham junto dos seus apoiantes portugueses. Nos dias 20 e 21 de Janeiro de 1937, seriam detonadas bombas junto de edifícios que se sabia prestarem serviços de apoio e fornecimento de materiais às forças franquistas, tais como: a Casa de Espanha, a Rádio Clube Português, os Ministérios da Educação e o da Guerra, a Fábrica da Pólvora de Barcarena e os depósitos da Vacuum Oil. O PCP rapidamente demarca-se dos ataques.

Iria ser então a 4 de Julho de 1937 que ocorreria o atentado à bomba contra Salazar, quando este se preparava para mais uma rotineira ida à missa. Quase que miraculosamente o ditador sai incólume do ataque contra si tentado. Seguir-se-ia então uma verdadeira caça aos autores do ataque bombista sobre o ditador, que não poupou à brutalidade da violência os suspeitos que foram sendo aprisionados. Em resultado disto, não mais seriam feitas ações deste género. O PCP, perante o fracasso, rapidamente se desmarca deste género de ações, que aponta como produtoras de ainda maior repressão sobre os opositores do Estado Novo. Em suma, o PCP prestaria o seu apoio aos republicanos essencialmente de duas formas, a primeira era através da modesta recolha de fundos, bens alimentares e material sanitário, sendo a segunda forma de apoio, o auxílio dado na sua imprensa clandestina na denúncia dos crimes cometidos por franquistas, nos apoios concedidos por Salazar a Franco e no apelo ao alistamento de voluntários para as forças republicanas. Na sequência repressiva da PVDE que aprisionou importantes dirigentes do partido no início de 1938 como Pável e Francisco Miguel, e tinha enfraquecido os poucos bastiões comunistas existentes na região de Lisboa com a prisão de vários militantes do PCP, o partido vai entrar numa longa agonia política que terminaria apenas com a reorganização em 1941. A quase totalidade dos principais dirigentes políticos do PCP encontravam-se presos fosse no degredo do Tarrafal ou nas prisões políticas portuguesas. A tipografia clandestina que fazia sair regularmente o jornal *Avante!* tinha caído em Maio de 1938 dando início uma longa interrupção na tiragem do jornal. Em suma, ainda que ingenuamente mas não longe da verdade, a PVDE já considerava o PCP como ‘morto e enterrado’ sem qualquer possibilidade de ressuscitar de tão penosos golpes. A partir deste momento cai definitivamente a exequibilidade do projeto de Frente Popular Portuguesa.

Relativamente, a portugueses que combateram Franco, é muito difícil apurar veridicamente o número certo, mas calcula-se em poucas dezenas os que chegaram a pegar em armas, oriundos diretamente de Portugal para o conflito. Não obstante, este reduzido número de combatentes oriundos de Portugal e perante os números meramente estimativos e incertos disponíveis, pode-se avaliar em cerca de cinco centenas de combatentes com nacionalidade portuguesa. Pegando no romance *A Casa de Eulália*, em parte autobiográfico, escrito por Álvaro Cunhal é possível encontrar o relato de «[...] outros portugueses que haviam aparecido e se haviam integrado nas unidades espanholas ou nas Brigadas Internacionais [...]» (Tiago, 1997: 200), demonstrativo da dispersão existente. O drama da guerra fez também com que alguns militantes comunistas portugueses cedessem, provisoriamente, abrigo a alguns refugiados espanhóis como se verifica no caso exemplificativo de Luísa Paula, que «Durante a Guerra de Espanha, manteve, durante meses, em sua casa, quatro refugiados espanhóis que o seu companheiro achou por bem ficarem ao seu cuidado» (Melo, 1975: 43).

O desfecho da guerra civil espanhola com a vitória de Franco, em 1939, levou a que muitos dos que combateram ao lado dos republicanos fossem repatriados, o que na prática significaria a detenção e consequentemente prisão em Portugal. A vitória franquista representa também uma vitória do regime sobre as organizações oposicionistas, em particular sobre o PCP, num período de ascensão do fascismo e de repressão brutal sobre os comunistas. A base de apoio político que tanto entusiasmo provocou junto das oposições a Salazar com a vitória da Frente Popular, no início de 1936, de pouco ou nada serviu em termos práticos ao PCP, com a

repressão a remeter o partido para um período de desagregação do qual viria a sair apenas com a ‘reorganização’ do partido em 1941.

A Polícia Política foi um dos pilares essenciais à manutenção do Estado Novo ao longo de toda a sua existência, tendo como objetivo coagir pelo medo e violência quem ousasse divulgar ou colocar em prática ideias que ultrapassassem o padronizado pelo regime. É nesta ideia que o PCP se vai integrar como força altamente reprimida. Numa primeira fase o PCP era igualmente reprimido dentro da conjuntura reviranhista. Numa segunda fase, do após Guerra Civil Espanhola e até finais da década de setenta, com a emergência dos partidos de extrema-esquerda, o PCP tratou-se do alvo principal da repressão política. A PVDE será criada com Estado Novo em 1933, sendo rebatizada de PIDE em 1945, com os ventos democráticos do final da Segunda Guerra Mundial. A polícia política foi sempre a mesma, no entanto as diferenças estariam, para além do nome, na necessidade de se adaptarem às conjunturas. Observando os números disponíveis relativos aos aprisionamentos feitos pela polícia política é possível verificar que entre o período de funcionamento da PVDE, de 1933 a 1945, é estimado um aprisionamento de cerca de 17.000 pessoas, com especial destaque para o biênio de 1936 e 1937 com 5883 pessoas presas (Pimentel, 2007). A repressão que se fazia sentir neste biênio inicial do conflito espanhol era bem expressa pelo PCP, ao afirmar que:

[...] a ditadura salazarista faz prisões por tudo e por nada. A simples discussão da questão espanhola, a afirmação de que as notícias dos jornais são falsas, basta para se fazerem prisões às centenas. (*Avante!*, Novembro de 1936: 3)

Se por um lado durante os anos de atuação da PVDE foi possível verificar uma média em redor das 1300 detenções por ano, aquando o funcionamento da PIDE essa média baixou bastante, entre 1945 e 1960, para valores a rondar as três centenas de detenções por ano (Pimentel, 2007). Durante a atuação da PIDE, o número de detenções tendia a aumentar em períodos de crise como os períodos compreendidos entre 1945 a 1949 e de 1958 a 1962. No que concerne à DGS (Direção Geral de Segurança) que substituirá em nome a PIDE, esta teve sempre um número de detenções relativamente baixo comparativamente com as suas antecessoras. Já relativamente às prisões políticas, o *modus operandi* começava após a detenção na ida dos prisioneiros à polícia política, podendo ficar detidos, na delegação onde foram aprisionados no caso de Porto ou Coimbra ou então transferidos para a sede em Lisboa, como acontecia em muitos casos. Na capital os presos eram encarcerados usualmente na cadeia do Aljube no período em que este funcionou, nas próprias esquadras da PSP ou então transferidos para o Forte de Caxias, durante a fase de interrogatórios da Polícia Política. Sendo chamados a esta sempre que assim fosse entendido. Assim que os presos eram condenados estes eram transferidos para as prisões sob a alçada do Ministério da Justiça, sendo o Forte de Peniche o local habitual de aprisionamento. Após, o cumprimento do tempo de condenação, e quando se encontravam sob ‘medidas de segurança’, que serviam para prolongar ainda mais o tempo de prisão, os presos políticos passavam novamente para a alçada da Polícia Política, que os mantinha, por questões meramente logísticas, normalmente em Peniche. Para as condenadas politicamente, todo este processo se passava habitualmente em Caxias. Este seria, o procedimento mais comum ao longo dos anos da ditadura, no entanto, cada processo e julgamento político teve as especificidades e, porventura, as suas diferenças operacionais.

Relativamente à localização prisões políticas, distinguem-se claramente os dois períodos relativamente à Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo. Se no primeiro houve um nítido aproveitamento de antigos fortes militares como local de aprisionamento de opositores políticos, veja-se o exemplo dos Fortes de S. João Baptista (Angra do Heroísmo), Trafaria, Elvas ou Sacavém. Já no segundo período de Estado Novo, houve um aperfeiçoamento do sistema de cadeias políticas ao dispor da polícia política, com o Aljube, Caxias, Peniche e o Tarrafal (Cabo Verde). Todas as cadeias anteriormente assinaladas tinham características comuns, que podiam ser mais acentuadas do que outras, mas que passavam pela quebra física e, sobretudo, moral de quem ousou opor-se à Ditadura. As más condições de alimentação, de higiene, de acomodação dos presos, acrescentava-se

a arbitrariedade e leviandade da violência do cárcere sobre o preso.

Não pretendendo desviar o rumo do presente artigo creio ser, ainda que muito sinteticamente, incontornável apresentar uma pequena referência ao Tarrafal. Se comparativamente o Tarrafal acolheu uma minoria dos presos políticos ao longo da Ditadura, este não deixou de ser provavelmente o mais claro sinal de violência exercido pelo Estado Novo sobre os presos políticos. Embora, seja ainda discutível na historiografia, se tratou de realmente de um campo de concentração ou de mais uma prisão política, a verdade é que apresentou características que apontam mais evidentemente para a primeira hipótese do que propriamente para a segunda. O isolamento dos detidos da sociedade, a punição e correção dos presos, a aterroização e intimidação da população para o seu efetivo controlo, o aproveitamento dos presos como mão-de-obra gratuita sem qualquer fim social ou lucrativo, somando-se a eliminação lenta do ser humano baseada no seu julgamento social como prejudicial à sociedade onde se inseria, são características comuns entre o Tarrafal e os outros campos de concentração. Neste campo os presos eram por norma homens jovens na casa dos vinte e trinta anos sendo muitos deles experientes da dureza das prisões políticas portuguesas, porém, o paludismo e febres tropicais podiam fazer morrer qualquer um de um dia para o outro (Pereira, 1999). A assistência médica era aí inexistente, coadjuvada com todo o conjunto de condições anteriormente descritas propícias à morte dos prisioneiros, este seria um campo de ‘morte lenta’ como ficara negativamente celebrizado. A Colónia Penal do Tarrafal abria para os prisioneiros políticos portugueses em 1936, presos estes que estiveram largos meses sem se lhes conhecer o seu paradeiro (*Avante!*, Novembro de 1936). A maioria dos seus presos saíria em 1945 fruto das pressões da população portuguesa influenciada pelos ‘ventos’ democráticos do fim da II Guerra Mundial. Porém os últimos presos políticos saíam apenas em 1954. No entanto, este seria o local que acolheria os nacionalistas africanos envolvidos nos movimentos de luta armada pela libertação das colónias portuguesas que foram aprisionados, sobretudo dos movimentos de libertação das colónias da costa ocidental africana (Guiné, Cabo Verde e Angola, principalmente).

Concluindo é possível verificar que as consequências da Guerra Civil de Espanha alastraram-se para além das suas fronteiras no que respeita à intensificação da violência exercida. Num período de ascensão dos fascismos na Europa Ocidental e de revigoramento da URSS e seu consequentemente sedutor marxismo-leninismo, o regime de Salazar entrou numa autêntica fase anticomunista escolhendo claramente um dos lados da barricada, perante um período de claro recuo das velhas democracias como a França e o Reino Unido. Se a mortandade em Espanha na sequência do conflito, nunca se poderá comparar, ao sofrimento dos opositores ao Estado Novo em Portugal, este foi um período em que comunistas em particular, e antifascistas em geral, sofrerão uma violência política prevaricada pela PVDE que os remeterá para o degredo das prisões políticas e campos de concentração ao dispor da ditadura. O processo de estabilização e consolidação do Estado Novo, à semelhança do que acontecia com os autoritarismos de direita no resto da Europa da década de trinta e quarenta, levou ao aumento da violência sobre todos os seus opositores.

ARQUIVOS

Tombo, Arquivo Nacional da Torre do (1937), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 490, Liv.1-DS, Lp. n. 21, NT 364, pp. 1-4.

BIBLIOGRAFIA

- Graham, Helen (2006), *Breve História da Guerra Civil Espanhola*, Lisboa, Edições Tinta-da-China.
- Madeira, João (2008), «Salazar, Retaguarda de Franco», in Paço, António Simões do (coord.), *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini.

- Melo, Rose Nery Nobre de (1975), *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova.
- Oliveira, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”.
- Pereira, José Pacheco (1999), Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Daniel”, o Jovem revolucionário, vol. I, Lisboa, Temas e Debates.
- Pimentel, Irene Flunser (2008), «O Estado Novo estende o braço», in Paço, António Simões do (coord.), *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini.
- Rosas, Fernando (1998), «O Estado Novo», in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa.
- Simões, Maria Dulce Antunes (2007), *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Barrancos.
- Tiago, Manuel (1997), *A Casa de Eulália*, Lisboa, Edições Avante.
- Varela, Raquel (2008), «Falar e fugir», in Paço, António Simões do (coord.), *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Planeta De Agostini, p. 123.

JORNAIS

- «A F. Popular de Espanha e o Capitalismo Português », *Avante!*, II Série, n. 19, Julho de 1936.
- «As Tarefas do VII Congresso da Internacional Comunista», *Avante!*, II Série, n. 11, Setembro de 1935, p. 1.
- «A’ Ultima Hora», *Avante!*, II Série, n. 13, Novembro de 1935, p. 8.
- «O P.C. dirige uma proposta de frente-única de luta à C.G.T e Partidos republicanos de Esquerda», *Avante!*, II Série, n. 12, Outubro de 1935, p. 6.
- «Os comícios anti-comunistas», *Avante!*, II Série, n. 23, Novembro de 1936.
- «O terrorismo individual arma da contra-revolução», *Avante!*, II Série, n. 42, Julho de 1937.
- «Regras do Trabalho Clandestino», *Avante!*, II Série, n. 14, Dezembro de 1935, p. 2.